



[Handwritten signature]

Reunião Ordinária – Ata nº 07/2014

Data – 2014-04-08

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 12.00 horas

Presenças:

Presidente	Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque
Vereadores	João Carlos Caseiro Gomes Celeste Maria Ferreira Riachos Simão Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis Luis Filipe Correia Dias Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço (em substituição)

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos



Falta justificada: Não esteve presente, o vereador Avelino Manuel Conceição Manana, por se encontrar de férias

Foi apresentada justificação e considerada justificada a falta dada à reunião 25 de março de 2014, pela vereadora Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório.



Resumo Diário da Tesouraria de 07-04-2014:

a) Dotações Orçamentais.....	€6.231.479,05
b) Dotações não Orçamentais.....	€133.778,71
Total das Disponibilidades	€6.365.257,76



Não podendo estar presente na reunião, por motivos pessoais, o vereador eleito pela CDU – Coligação Democrática Unitária, Avelino Manuel Conceição Manana, manifestou, na reunião anterior, a sua vontade de se fazer substituir pela cidadã imediatamente a seguir na ordem da

01
02

lista da CDU – Coligação Democrática Unitária apresentada às Eleições Autárquicas de 2013, Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço.

Desta forma, dando cumprimento ao previsto nos artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, verificando-se que Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço se encontrava no edifício dos Paços do Concelho, foi a mesmo convocada e, não tendo recusado a substituição, passou a tomar parte da reunião.



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção das vereadoras Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório e Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço, por não terem estado presentes, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

Para conhecimento, a Presidente da Câmara apresentou a seguinte correspondência recebida:

1. Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) - Sobre a proposta que recebeu do Secretário de Estado da Administração Local para a criação de um "Portal da Informação e Transparência Municipal" e remete, para conhecimento, os documentos relativos a tal portal, bem como a missiva enviada pela ANMP ao Governo a tal propósito. - 163539
2. Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) - Remete, para conhecimento, ofício enviado ao Ministro da Educação e Ciência com a posição desta ANMP acerca das competências municipais em matéria de transporte escolar.- 163481
3. Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) - Remete, para conhecimento, comunicado sobre o Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Março, relativo ao sistema de gestão e tratamento de resíduos e autonomização deste sector no seio do Grupo Águas de Portugal. - 164119

-
4. Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) - Informa que o Conselho Diretivo da ANMP deliberou solicitar ao Provedor de Justiça e à Procuradora-Geral da República, a fiscalização abstrata da constitucionalidade da Lei nº 10/2014, de 6 de Março (que aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e da Lei nº 12/2014, de 6 de Março (que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional). - 165918
5. Câmara Municipal de Alter do Chão - Remete, para conhecimento, ofício enviado ao Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, no passado dia 24 de março, relativo à Privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF), através do qual, em nome dos demais Presidentes das Câmara que integram a VALNOR, solicita a aquisição do capital social mínimo, que permita a estes Municípios deterem 51% do mesmo, previamente ao processo de privatização da EGF. - 164373
6. Grupo Parlamentar do PCP - Remete, para conhecimento, a apreciação Parlamentar requerida relativamente ao Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, que "Aprova o processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S.A." - 164181
7. Grupo Parlamentar do PCP - Informa que, na sequência da denúncia do PCP sobre a cobrança indevida e ilegal da taxa Municipal de Direitos de Passagem, por empresas de telecomunicações na fatura mensal aos consumidores, a Comissão de Economia e Obras Públicas aprovou o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para realizar uma audição da ANACOM, em data ainda a definir. Mais informa que o Projeto de Lei n.º 539/XII/3.^a da autoria do PCP, que altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP - taxa municipal de direitos de passagem, será votado no dia 04 de abril. - 166123
8. Grupo Parlamentar do PCP - Remete, para conhecimento, propostas de eliminação, de alteração e de aditamento apresentadas pelo Grupo Parlamentar na Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento Territorial e Poder Local, no âmbito da discussão na especialidade da Proposta de Lei n.º 183/XII/3, que aprova a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo. - 166141
9. Grupo Parlamentar do PCP - Informa que, na sequência da publicação em Diário da República do Decreto Lei n.º 49/2014, que Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário) e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais, o PCP apresentou requerimento de Apreciação Parlamentar do referido diploma. - 166250
10. Grupo Parlamentar do PCP - Remete, para conhecimento, a intervenção da Deputada Paula Santos sobre o regime jurídico das Assembleias Distritais proposto

cl
✓

pelo Governo e o Projeto de Resolução do PCP (Reforço dos meios para o funcionamento e manutenção da atividade e dos serviços das Assembleias Distritais).

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara informou que a empresa Sofalca irá participar na Bienal do Luxemburgo de Design - "Design City - LXBG Biennale", de 13 de abril a 15 de junho, com a apresentação dos seus produtos em aglomerado de cortiça.

Tomado conhecimento.



Deu conta que, no passado dia 3 de abril, foram assinados contratos de financiamento no âmbito do Finabrant, com 48 associações e coletividades do concelho, num valor total de cerca de 200 mil euros, para apoio a atividades relacionadas com a cultura, juventude e intervenção social.

Este valor junta-se ao já protocolado relativamente às medidas relacionadas com a atividade desportiva, significando, assim, um total de cerca de 500 mil euros.

Referiu também que, além deste valor, o apoio às associações e às atividades promovidas passa também pela dispensa de taxas pela utilização de espaços municipais, ou pela bonificação na utilização de transporte, entre outros.

Disse ainda que não foram ainda aprovados os financiamentos às componentes de eventos, na medida em que ainda continuam por executar verbas relativas a anos anteriores, que condicionam, enquanto não forem anuladas, a disponibilidade orçamental na respetiva rubrica.

Uma vez que muito se tem dito sobre esta matéria, aproveitou para salientar que a autarquia apoia as atividades promovidas pelas associações, o que não significa que suporte todos os encargos das associações, já que estas também terão que angariar os seus fundos.

Reforçou que, tratando-se de dinheiros públicos, a sua utilização tem que ser justificada, pelo que tem que obrigatoriamente haver uma prestação de contas por parte das entidades apoiadas. Só assim, poderá ser dada continuidade ao apoio da autarquia.

Tomado conhecimento.



Informou que o Presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional, em conjunto com o Delegado Regional, visitou recentemente as instalações do IEFP no Tecnopolo, a convite da Câmara Municipal.

Estiveram presentes para verificar as instalações e para que, em conjunto, se encontre a melhor solução para a reabilitação daquele espaço de formação, cada vez mais necessário.

Tomado conhecimento.

01
Ct

A Presidente da Câmara deu conhecimento que, no próximo dia 22 de abril, se celebra o Dia Mundial da Terra. Para assinalar esse dia, decorrerá uma ação de sensibilização e informação sobre os Desafios do Desenvolvimento Rural, no auditório do Edifício Pirâmide, pelas 14:30 horas.

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara referiu-se, mais uma vez, à suspensão das obras na Escola Manuel Fernandes, que ocorreu há cerca de 3 anos, por falta de recursos da Parque Escolar, mas com a informação de que as obras seriam retomadas um ano depois, o que, até à presente data, não aconteceu, apesar de todos os esforços, quer da direção da escola, quer da autarquia. Disse que do Grupo Parlamentar do PCP remeteu recentemente a resposta do Ministério da Educação relativa à listagem das escolas a intervencionar, na qual não se inclui esta escola. Assim, mais uma vez, será remetido ofício ao Ministério da Educação, no sentido de alertar para o estado de degradação do edifício principal, questionando-se a data previsível para o reinício das obras, bem como os custos dessa intervenção e do aluguer dos monoblocos utilizados desde o início das obras.

Tomado conhecimento.



Sendo hoje assinalado o Dia Internacional do Cigano, a Presidente da Câmara apresentou, para conhecimento, a seguinte declaração:

"Hoje 8 de abril comemoramos o **Dia Internacional do Cigano**, data que assinala o primeiro encontro internacional de ciganos ocorridos em 1971 em Orpington, nas redondezas de Londres.

Esse encontro da cultura cigana procurava sensibilizar para as dificuldades e estigma social sentidos por esta comunidade.

Quatro décadas depois desse encontro a comunidade cigana continua a não estar completamente integrada nas comunidades onde se instalam, sendo frequente ainda o clima de alguma tensão social alimentada por um sentimento de desconfiança.

O município de Abrantes tem feito um esforço de dinâmica inclusiva da comunidade cigana instalada no seu território, através de um conjunto de ações concretas de acordo com Objetivo Estratégico: Inclusão Social e Coesão Territorial, por sua vez alinhado nos princípios da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, definida em 2009, a propósito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural.

A criação da figura de mediadora Municipal em parceria com a CRES.SER- Associação de Desenvolvimento Pessoal e Comunitário e a consolidação dessa dinâmica de intervenção representa em termos concretos a expressão da sensibilidade do município para o estabelecimento de equilíbrios relacionais em detrimento do aprofundar de estigmas fraturantes entre os elementos de etnia cigana e a restante comunidade numa equidade de direitos e deveres de cidadania, naquela que é a essência da Democracia Participativa.

Ata da reunião de 08 de abril de 2014

OK
GSP

Esta é uma perspetiva de abordagem dos assuntos sociais que estende a sua expressão no Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, o Banco Social ou o atendimento social direto por parte da Divisão de Educação e Ação Social.

Em Abrantes recusamos o lugar-comum de referir a comunidade cigana como "um dos grupos minoritários mais excluídos e discriminados na Europa", como é referido nos relatórios oficiais, e tentamos através da ação concreta a sua inclusão, numa lógica de duplo respeito para com os elementos dessa comunidade, mas também com os restantes cidadãos residentes.

Na forma de tratamento destes casos reside, por vezes de forma contraditória, a semente da discriminação, atitude na qual não nos revemos, pois exigimos que a direitos iguais têm necessariamente que corresponder deveres idênticos, para todos, num clima de respeito.

Esta forma de atuação é reconhecida ao vermos o município de Abrantes convidado através do ACIDI- Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, para ser um dos 8 municípios participantes no Programa ROMED2 dinamizado pelo Conselho da Europa e pela Comissão Europeia.

ROMED2-Governança Democrática e Participação Comunitária Através da Mediação é a nova fase do Programa ROMED que visa promover a inclusão das comunidades ciganas a nível local.

Queremos Abrantes como concelho inclusivo, alinhado com o mundo nessas preocupações, mas atuante de forma responsável e consequente em torno da coesão social."

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara deu conta que, de acordo os últimos dados, verifica-se uma diminuição do número de crimes, quer ao nível do distrito, quer ao nível do concelho. O número total de crimes situa-se, agora, ao nível do número registado em 2003. Estes valores não descansam a autarquia, pelo contrário, e, por isso, decorrerá no dia 9 de abril uma reunião do Conselho Municipal de Segurança.

Nessa reunião irá ser apresentado um projeto de intervenção comunitária que se pretende desenvolver, com o intuito de devolver o sentimento de segurança aos cidadãos.

Esta intervenção será levada a cabo no Bairro de Vale de Rãs e surge na sequência de uma oportunidade de protocolo com a EDP Produção, que visa a disponibilização de verba, através a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Na próxima reunião de câmara trará mais detalhes sobre o projeto, com o qual se pretende criar condições para a dinamização do Centro Comercial Millenium, em Vale de Rãs, através de várias iniciativas e com a concretização de algumas parcerias.

A vereadora Elza Vitório congratulou a autarquia pela iniciativa e pelo facto de se dar utilização àquele espaço numa iniciativa como esta, já que uma dinâmica forte diminuiu os riscos de insegurança.

A vereadora Ricardina Lourenço referiu que o projeto é interessante e questionou quais as verbas envolvidas.

01
OK

A Presidente da Câmara referiu que, na próxima reunião, apresentará a estimativa dos custos envolvidos.



A Presidente da Câmara referiu-se ao recente encerramento do Hotel Turismo de Abrantes, noticiado pela comunicação social.

Disse que, desde que esta administração tomou a liderança, a autarquia tem vindo a acompanhar o processo. Sabendo que era intenção o aumento do número de camas desde o primeiro momento se disponibilizou a prestar todo o apoio necessário, uma vez que isso significa também um aumento da competitividade do concelho de Abrantes.

Este apoio passou também, como é do conhecimento geral, pela aprovação da venda do terreno envolvente ao hotel, permitindo a sua ampliação. Contudo, este negócio nunca se veio a concretizar.

Espera-se agora que o Fundo de Turismo venha a encontrar rapidamente um investidor para o hotel, viabilizando a sua reabilitação e acautelando os postos de trabalho, sendo certo que a autarquia se empenhará neste processo.

Tomado conhecimento.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A vereadora Celeste Simão informou que nos próximos dias 29 e 30 de abril, na Fundação Calouste Gulbenkian - Lisboa, terá lugar o Iº Encontro de Jovens Ciganos Estudantes & Famílias de Portugal. Este encontro é organizado pela Letras Nómadas - Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas e terá como participantes no painel "A Caminho da Universidade!" um jovem cigano de Abrantes, Miguel Maia, estudante de 11º ano e a sua mãe Tânia Sousa, mediadora Municipal da Câmara Municipal de Abrantes.

Tomado conhecimento.



Deu conta que decorrerá em Abrantes a 30.ª Sessão de Seleção Nacional do Parlamento Europeu dos Jovens em Portugal, entre os dias 23 e 27 de abril de 2014.

Disse que o Parlamento Europeu dos Jovens é uma organização não governamental independente, sem fins lucrativos, sem filiação partidária e com objetivos na área da educação, que tem como principal objetivo o de proporcionar aos estudantes dos 16 aos 22 anos a oportunidade de participarem numa experiência democrática, através da simulação de uma sessão de plenário do Parlamento Europeu.

Referiu ainda que o comité organizador deste evento solicita algum apoio, concedido no âmbito das competências municipais:

el
Cet

- A presença da Presidente da Câmara na " Opening Ceremony";
- Autorização para utilização do logotipo do Município na divulgação do evento (Nacional e Internacional);
- Apoio logístico, crachás (cuja fita identificaria o Município, com frase ou logotipo);
- Folhetos alusivos à Cidade de Abrantes;
- Imagens da Cidade de Abrantes;
- Listagem da imprensa local para a divulgação do evento (a cargo da organização);
- Visita turística para o grupo de professores acompanhantes (entre 11 a 21 pessoas) no dia 25 de abril;
- Transporte para o evento.

Tomado conhecimento.



A vereadora Celeste Simão fez algumas referências à reunião do Núcleo Executivo da Rede Social, que se realizou no passado dia 04 de abril, com as instituições sociais que são "Cantina Social" no concelho de Abrantes, tendo como ponto da ordem de trabalhos a monitorização e avaliação das cantinas sociais no concelho.

Durante a reunião todas as instituições participaram ativamente na avaliação da forma como este programa se tem desenvolvido no concelho, tendo sido apresentado algum descontentamento da forma como todo este processo das cantinas tem sido implementado pelo Instituto da Segurança social no terreno, sobretudo depois de conhecidas as adendas aos protocolos estabelecidos. Esta monitorização foi elaborada com os contributos das instituições sociais e no final foi decido remeter informação ao Centro Distrital da Segurança social, que se anexa, bem como os mapas de execução desta medida no concelho.

De conta de um e-mail que, na qualidade de Presidente da Rede Social, endereçou ao Diretor Centro Distrital da Segurança Social, Dr. Tiago Leite, que remete algumas preocupações relativas ao Programa de Emergência Alimentar - Cantinas Sociais.

- O programa Cantina Social retira competências e autonomia às pessoas, sobretudo sociais, situação que origina que algumas famílias se encontrem nesta resposta social desde o seu início;
- O número de refeições servidas no âmbito das cantinas sociais no concelho de Abrantes, tem sido regular desde junho de 2013;
- Algumas pessoas continuam a não aceitar este tipo de apoio devido a alguma "vergonha" que sentem ao dirigir-se a uma instituição com uma caixa para recolher alimentação;
- A informalidade que se pretende neste tipo de apoio, leva a que existam famílias a beneficiar deste apoio, sem nenhum tipo de acompanhamento social;
- As instituições sociais consideram insuficiente o montante de 2.5 € pago pelo Instituto da Segurança Social, pelo fornecimento das refeições sociais, no entanto esclarecem que os pagamentos das cantinas sociais têm sido realizados atempadamente;
- Desde o início do presente ano até meados de março, existiu informação de continuar a servir as refeições sociais a quem delas necessitasse, no entanto e em termos de

Ata da reunião de 08 de abril de 2014

21
Ct

adenda aos protocolos não houve qualquer informação por parte do Instituto da Segurança Social;

- Conforme solicitado pelo Centro Distrital da Segurança Social realizou-se uma reunião com as instituições que são Cantina Social e os parceiros da Rede Social, tendo sido enviada uma proposta de alteração aos protocolos existentes, estando sempre presente o conhecimento da realidade social. No entanto e sem qualquer tipo de informação prévia, o número de refeições a protocolar no concelho não foi respeitado;

- Tendo havido uma redução muito significativa no número de refeições protocoladas, esta situação originou que 8 das 12 cantinas protocoladas se encontrem esgotadas, o que implica que algumas famílias com carências alimentares não possam recorrer a este apoio. De salientar ainda que em algumas cantinas sociais estão a ser servidas refeições, já fora do número estabelecido pelas adendas assinadas em março/14, reportando-se a janeiro/14;

- Tendo presente o número de refeições previstas nas adendas aos protocolos enviados em março, há refeições servidas que não foram pagas às instituições.

Tendo presente os anteriores pressupostos, deliberou o núcleo executivo e as instituições que são Cantina Social, remeter informação ao Centro Distrital da Segurança Social a expor o seguinte:

- Considerando as sinalizações do primeiro trimestre de 2014 e as famílias com necessidades alimentares que não podem atualmente recorrer a este apoio, principalmente nas instituições integradas na zona urbana do concelho, devem ser alteradas as adendas aos protocolos para a proposta anteriormente enviada (em anexo) e que tinha sido articulada localmente com os parceiros sociais;

- O pagamento na íntegra de todas as refeições sociais servidas, uma vez que as instituições consideram que não podem ser prejudicadas por eventuais atrasos no ISS, no envio das adendas aos protocolos;

- Tendo presente o prazo de prorrogação dos protocolos estabelecidos, esclarecer se esta medida se vai prolongar para além de junho/2014;

- Qualquer alteração a este tipo de medidas deverá ser sempre articulada com as instituições sociais, para que em parceria e cooperação se possam encontrar as melhores formas de articulação para suprimir as dificuldades com que muitas famílias se deparam e que não encontram resposta nos serviços da Segurança Social;

- Foi opinião geral dos parceiros de que, sendo este programa uma abertura para a resolução de famílias com carências alimentares, não se compreende este afunilamento numa altura em que a crise se mantém com as situações a agravarem-se a todos os níveis.

Tomado conhecimento.



VEREADORA ELZA VITÓRIO

A vereadora Elza Vitório apresentou uma declaração relativa à intervenção da Presidente da Câmara na reunião do dia 25 de março de 2014, a propósito das declarações de voto, que, por ser muito extensa, se anexa à presente ata.

Ata da reunião de 08 de abril de 2014

21
OK

A vereadora Elza Vitório, na sequência da não adjudicação da empreitada do Centro Escolar de Abrantes, solicitou que a Presidente da Câmara clarificasse se efetivamente há ou não lugar a indemnização.

A Presidente da Câmara e o vereador João Gomes esclareceram que os concorrentes podem solicitar indemnização, que dirá respeito exclusivamente ao custo da elaboração das propostas, ou seja meramente administrativa. Contudo, até à data, não foi apresentado qualquer pedido de indemnização.



ORDEM DO DIA

(artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Nº 01 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou o Relatório & Contas 2013 da Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., aprovado em reunião de Assembleia Geral de 11 de março 2014. - 161976

Tomado conhecimento.



Nº 02 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou a análise da Liga de Bombeiros Portugueses ao DECIF – Dispositivo Especial de Combate aos Incêndios Florestais 2013. - 164377

Tomado conhecimento.



Nº 03 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um ofício do Ministério da Defesa Nacional - Exército Português – Regimento de Cavalaria nº 3, que dá conta da realização de exercícios de fogos reais no polígono de tiro da Brigada Mecanizada, no dia 23 de abril de 2014. - 165706

Tomado conhecimento.



Nº 04 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um ofício do Comando do 2º Batalhão de Infantaria Mecanizado agradecendo o apoio prestado na organização do Campeonato Desportivo Militar Corta Mato Fase II, contribuindo significativamente para o sucesso do evento. - 165109

Tomado conhecimento.

21
C

Nº 05 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um e-mail da Assembleia Municipal de Moimenta da Beira, a remeter cópia da moção aprovada em 27 de fevereiro de 2014, relativamente à Reforma do Mapa Judiciário. - 163939

Tomado conhecimento.



Nº 06 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou o ofício com a refª C.M./00I-005 da Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., a dar conta que o Ministro, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, fixou a tarifa a praticar para o ano de 2014, em 32,07 Euros por tonelada de resíduos tratados.

Mais informa que a tarifa agora aprovada tem efeitos a 1 de Janeiro de 2014. - 163878

A Presidente da Câmara aproveitou para referir que este valor significa um aumento de 2,9% face a 2013. Contudo, esse aumento não se faz refletir na tarifa aos consumidores.

Tomado conhecimento.



Nº 07 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um e-mail enviado pelo presidente cessante da Direção da Associação de Geminação de Abrantes, a agradecer a cooperação da Câmara Municipal de Abrantes, no sentido de desenvolver a amizade entre os povos, nomeadamente das cidades com as quais Abrantes está geminada. - 164893

Tomado conhecimento e endereçar agradecimentos aos órgãos sociais que agora cessam funções, por todo o trabalho desenvolvido.



Nº 08 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho que aprovou a colaboração solicitada pela Associação Centro Comercial Ar Livre, de Abrantes, através dos Serviços de Informação e Comunicação, na elaboração de 300 autocolantes, no âmbito da iniciativa "Dinamizar o Centro" e das atividades programadas para a Comemoração do Dia de São Valentim em parceria com a escola secundária Dr. Manuel Fernandes "Sinta o Amor...o Liceu Com Vida", bem como, na divulgação do evento nos meios de comunicação próprios. - 156480

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.

C1
OK

Nº 09 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o pedido de Patrícia de Jesus, aluna finalista do 12.º ano do Curso de Comunicação da Escola Artística Soares dos Reis (Porto), a solicitar autorização para a realização de filmagens na antiga piscina municipal de Abrantes, no próximo dia 4 de Maio (domingo) das 15 às 17 horas. Mais refere que as filmagens serão utilizadas numa curta-metragem, a produzir no âmbito da área de vídeo da disciplina de Projeto e Tecnologias, que constitui o seu projeto final de curso. – 162756

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a realização das referidas filmagens, nos termos solicitados.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a minuta de alteração ao Protocolo de Cooperação, celebrado em 10 de julho de 2008, entre a Universidade Aberta e o Município de Abrantes, para a instalação de um Centro Local de Aprendizagem de Abrantes (CLAA), designadamente no que se refere às atribuições do Município de Abrantes. – 165356

Questionada pela vereadora Ricardina Lourenço, a Presidente da Câmara esclareceu que as despesas previstas no protocolo são de funcionamento do espaço e que não acrescem às despesas já assumidas com o Edifício Pirâmide.

Disse ainda que esta alteração visa a continuidade do Centro Local de Aprendizagem, oferecendo melhores condições e proporcionando e maior envolvimento da comunidade, na expectativa de que cada vez mais pessoas possam obter a sua formação superior.

Deliberação: Por maioria, com voto contra da vereadora eleita pela CDU, Ricardina Lourenço, aprovar minuta de alteração do referido protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

A vereadora Ricardina Lourenço apresentou a seguinte declaração:

A Universidade Aberta depende do Ministério da Educação, que tem verba própria do Orçamento Geral do Estado, para cobrir as despesas inerentes à sua atividade.

Os alunos pagam inscrições e custos de acordo com o curso que frequentam. Assim, é entender da CDU que não deve ser o Município a suportar as despesas de funcionamento inerentes à atividade da respetiva universidade, tal como está descrito no protocolo, na cláusula 2A – utilização dos espaços.

el
C

Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência do ofício 218/2014-JC da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datada de 3 de fevereiro de 2014, remete para aprovação, a emissão de uma declaração através da qual se refere que este município se dispõe a ceder à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., gratuitamente, a parte ou a totalidade, quando for o caso, da cartografia que a Direção Geral do Território tem em sua posse, para a boa e célere execução do projeto no âmbito do qual vai ser elaborada cartografia de risco de inundação. - 157477

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a emissão da referida declaração nas condições propostas, tendo em conta o interesse do município face ao fenómeno das cheias e outras vulnerabilidades associadas.



Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o montante de 671,82€ (seiscentos e setenta e um euros e oitenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para execução de pintura e eliminação de patologias (salitre) no edifício sede da Junta Regional de Portalegre e Castelo Branco - CNE, sito na Rua Actor Taborda, nº 38 em Abrantes. - 163913

Deliberação: Por maioria, com voto contra da vereadora eleita pela CDU, Ricardina Lourenço, aprovar a execução dos referidos trabalhos e a aquisição dos materiais necessários, o que representa um apoio no montante de 671,82€ (seiscentos e setenta e um euros e oitenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

A vereadora Ricardina Lourenço disse votar contra por o edifício ser privado, cabendo à autarquia exercer os meios legais para pressionar o proprietário a executar as obras necessárias, sob pena de todos solicitarem o apoio da autarquia para a realização de obras.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o projeto de Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil de Abrantes. - 165725

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido regulamento e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, acerca do convite da entidade gestora da Zona de Intervenção Florestal (ZIF) da Aldeia do Mato, a propor à Câmara Municipal a adesão à ZIF da Aldeia do Mato e a solicitar autorização para realização de adensamento em terreno do município de Abrantes com espécies autóctones. - 159551

Ata da reunião de 08 de abril de 2014

21
15

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a adesão da Câmara Municipal de Abrantes à ZIF de Aldeia do Mato, com os prédios rústicos sito na União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto com a secção/artigo AA29 e AB14 (parcial), assim como, autorizar a realização de adensamentos no prédio rústico AA29 situado sobre a praia Fluvial de Aldeia do Mato, desde que seja acautelada a questão da época do ano em que nos encontramos, de modo a que a plantação tenha o sucesso desejado.



Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, do seguinte teor:

"Na sequência das negociações havidas entre a Câmara Municipal e a Província Portuguesa do Instituto das Irmãs de Santa Doroteia, relativamente à aquisição do edifício do Colégio Nossa Senhora de Fátima e áreas envolventes, foi acordado entre ambas as partes, transacionarem-se, na modalidade de venda da parte desta ao Município de Abrantes, os imóveis, inscritos na matriz sob o artigo urbano 3744 e rústico 66 da Seção 1I, da União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede, (em fase de atualização de inscrição matricial e registo predial), pelo valor global de 1.600.000,00€ (um milhão e seiscentos mil euros), correspondendo um milhão e duzentos mil euros ao urbano, e, quatrocentos mil euros ao rústico, que será pago em 4 tranches, a saber:

- A primeira no ato de assinatura do contrato promessa de compra e venda, no valor de 475.000,00€ (quatrocentos e setenta e cinco mil euros), sempre após o visto do Tribunal de Contas;*
- A segunda, no valor de 325.000,00€ (trezentos e vinte cinco mil euros), a ser paga em maio de 2015;*
- A terceira, no valor de 325.000,00€ (trezentos e vinte cinco mil euros), a ser paga em setembro de 2015;*
- A quarta, no valor de 475.000,00€ (quatrocentos e setenta e cinco mil euros), no ato da escritura de compra e venda, a outorgar, na sequência de notificação do Município, após junho de 2016, e também, sempre após o visto definitivo do Tribunal de Contas.*

Assim, ao abrigo da alínea i), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013 de 12/9, e porque a Câmara Municipal, mediante autorização da Assembleia Municipal, pode adquirir, bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMNG, fixando as respetivas condições gerais, submete-se a presente proposta de compra dos prédios para o Município de Abrantes, nas condições referidas, à aprovação da Câmara Municipal, para posterior remessa à Assembleia Municipal, para obtenção da devida autorização. Também se solicita a deliberação autorizadora da Assembleia Municipal, uma vez que, tratando-se de despesa plurianual não enquadrável na autorização prévia aprovada pela AM para 2014, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia expressa da Assembleia Municipal, nos termos da al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do estatuído nos nº 1 e 6 do artº 22º do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de junho, conjugado com a al. f) do nº1 do artº 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.

Mais se devem conceder poderes à Presidente da Câmara para aprovação da respetiva minuta e assinatura das respetivas escrituras de promessa de compra e venda, e da de

Ata da reunião de 08 de abril de 2014

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

compra e venda final, no respeito pelas condições estabelecidas, admitindo-se a necessidade de ajustamentos e atualizações dos prédios quer nas Finanças quer na Conservatória, dada a antiguidade dos títulos.” - 165679

A vereadora Ricardina Lourenço questionou a forma como será feito o acesso ao edifício e qual a perspetiva de enquadramento nos fundos comunitários.

A Presidente da Câmara referiu que o projeto já não se enquadra no atual quadro comunitário porque o mesmo está a terminar, mas que está sinalizado como investimento prioritário para o próximo quadro. Prestou ainda alguns esclarecimentos sobre as acessibilidades.

A vereadora Elza Vitório manifestou-se satisfeita com a aquisição e questionou se a autarquia auscultou se haveria outros interessados no imóvel, para a continuidade do ensino privado, e quantos alunos comporta o edifício.

A Presidente da Câmara disse que não foi feita auscultação formal. Sabe que a associação de pais pretende dar continuidade a um projeto de ensino privado. Contudo, poderá ser utilizado outro imóvel, de menor dimensão e que acarrete menos custos de funcionamento. A autarquia apoia este projeto, já que traz também mais valências ao concelho.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação do Diretor do Departamento de Administração e Finanças, datada de 02 de abril de 2014, sugerindo que a Assembleia Municipal reconhecer que o espaço correspondente ao qualificado como logradouro do prédio “Edifício denominado convento de S. Domingos” inscrito a favor do Município de Abrantes, sob o artigo urbano 1030 e descrito sob o número 00596/030199, pertence efetivamente ao domínio privado do Município, ainda que afeto a fins de utilidade pública nomeadamente equipamentos e serviços públicos ou de apoio a estacionamento, considerando-se desafetado do domínio público, ainda que se desconheça a afetação expressa de tal natureza e, pelo contrário, as inscrições prediais referidas se mantenham e que vai ser incorporada na nova Unidade de Saúde Familiar de Abrantes, tem a área de 340,58 m2. - 166003

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta de submissão à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea q) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12/9, da desafetação da parcela com a área de 340,58 m2 englobada no logradouro do Edifício denominado convento de S. Domingos, mas com utilização franqueada numa parte como parque de estacionamento, ainda que se desconheça a afetação expressa ao domínio público, deliberação que se requer para clarificação da natureza do espaço, que se pretende englobar no projeto da Unidade de Saúde Familiar.

Pl
C

Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para aprovação, minuta da escritura de permuta de áreas florestais, a celebrar entre Maria Augusta Lopes Veríssimo, José Carlos Veríssimo Santana, Ana Paula Veríssimo Santana Robalo e o Município de Abrantes, no valor de 6.560,00€ (seis mil quinhentos e sessenta euros). - 120314

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação do Diretor de Departamento de Administração e Finanças, datada de 3 de fevereiro de 2014, acerca dos lotes não construídos nos loteamentos municipais de Bemposta e S. Facundo. Verifica-se que já se encontram ultrapassados os prazos para início e conclusão das obras nos lotes n.º 11, 13, 17 e 22 do loteamento municipal de Bemposta, bem como no lote nº 13 do loteamento municipal de S. Facundo.

De acordo com o artigo 15º do Regulamento, considera-se nula a alienação de lote, relativamente ao qual se verifique o incumprimento de condições impostas no regulamento, revertendo para a Câmara Municipal não só o terreno, mas também todas as edificações ou outras benfeitorias nele existentes.

Tendo o Município direito à reversão, só o não deve fazer por razões fundamentadas que se sobreponham ao dever de acionar a reversão, sendo o caso, por exemplo, a inconveniência em termos de gestão orçamental temporária.

Mais refere que, no âmbito da reversão, os valores a pagar pelo Município atingem o montante de 73.309,95€, cuja verba não está prevista a verba em termos orçamentais. - 119590

Deliberação: Por unanimidade, não exercer, de imediato, o direito de reversão, atendendo à inconveniência em termos de gestão orçamental temporária, uma vez que o montante necessário para o efeito não se encontra previsto no orçamento para 2014.

Notificar-se o atual proprietário de cada lote que, a qualquer momento, poderá declarar-se a nulidade da venda dos lotes, caso permaneça no estado de não construção de habitação.

Havendo interessados na aquisição de algum dos lotes poderá iniciar-se processo de reversão.



Nº 19 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 28 de março de 2014, acerca do pedido da Renascer – Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura, a solicitar autorização para a realização de peditório com vista à angariação de fundos, assim como a ocupação de espaço público com isenção do pagamento de taxas, para instalação de duas bancas de publicidade destinada à venda de brindes, entre os dias 28 e 30 de abril de 2014, em Abrantes. - 163423

Pl
OK

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a realização do referido peditório, bem como a ocupação de espaço publico, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 5,44€ (cinco euros e quarenta e quatro cêntimos).

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão Financeira

Nº 20 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação da Divisão Financeira, datada de 25 de março de 2013, a dar conta da anulação do montante de 843,50€ (oitocentos e quarenta e três euros e cinquenta cêntimos), que diz respeito a parte da verba aprovada no âmbito do Finabrant 2013, atribuída ao COA – Clube de Orientação Aventura. - 103615

Tomado conhecimento.



Nº 21 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação da Divisão Financeira, datada de 25 de março de 2013, a dar conta da anulação do montante de 195,79€ (cento e noventa e cinco euros e setenta e nove cêntimos), referente a parte da 3ª tranche do montante aprovado, no âmbito do Finabrant 2013, à candidatura aprovada pelo Grupo Folclórico Etnográfico de Bemposta. - 102985

Tomado conhecimento.



Nº 22 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação da Divisão Financeira, datada de 25 de março de 2013, a dar conta da anulação do montante de 838,40€ (oitocentos e trinta e oito euros e quarenta cêntimos), que diz respeito a parte da verba aprovada para a candidatura apresentada pelo Clube Náutico de Abrantes, no âmbito do Finabrant 2013. - 99511

Tomado conhecimento.



Nº 23 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação da Divisão Financeira, datada de 04 de março de 2013, a dar conta da anulação da 2ª tranche, no montante de 1.470,50€ (mil quatrocentos e setenta euros e cinquenta cêntimos), do apoio atribuído no âmbito da Medida 5 - Eventos do Finabrant 2013, à Universidade da 3ª Idade de Abrantes. - 120063

Pl
Ct

Tomado conhecimento.



Nº 24 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, remete uma Informação da Chefe da Divisão Financeira, referente ao Parecer e Certificado Legal das Contas do Município – Gerência de 2013, apresentados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que também serão remetidos à Assembleia Municipal. – 165979

Tomado conhecimento.



Nº 25 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 02 de abril de 2014, que remete, para aprovação, os documentos de Prestação de Contas – Exercício 2013, integralmente elaborados nos termos do POCAL e de resolução do Tribunal de Contas nº 4/2001 – 2ª Secção, e que englobam: - 165974

- Relatório de Gestão
- Demonstrações Financeiras
- Mapas de Execução Orçamental
- Anexos às Demonstrações Financeiras
- Outros Documentos (Resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas)
- Documentos de Suporte

Mais propõe que seja sujeita à aprovação da Assembleia Municipal a Aplicação de Resultados do exercício 2013, conforme estipulado no ponto 2.7.3.1 do POCAL.

Remete ainda, conforme estipulado no nº 1 do artº 46º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, Consolidação de Contas do grupo municipal, Município de Abrantes e Serviços Municipalizados de Abrantes, relativo ao Exercício 2013, que engloba:

1. Relatório de Gestão Consolidado;
2. Balanço Consolidado;
3. Demonstração de Resultados Consolidada;
4. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados.

Deliberação: Por maioria, com voto contra da vereadora eleita pela PSD, Elza Vitório, e a abstenção da vereadora eleita pela CDU, Ricardina Lourenço, aprovar os documentos de Prestação de Contas e de Consolidação de Contas do grupo municipal Município de Abrantes e Serviços Municipalizados de Abrantes, relativos ao Exercício do ano 2013.

Submeter os mesmos à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 25º e do nº 2 do artigo 27º do Decreto-Lei 75/2013, de 12 de setembro.

PL
OK

Submeter igualmente à aprovação da Assembleia Municipal a Aplicação de Resultados do exercício 2013, conforme estipulado no ponto 2.7.3.1 do POCAL.

A vereadora Elza Vitório apresentou, a seguinte declaração de voto:

"Consideramos adequado salientar o reduzido número de dias para análise dos documentos supra referidos (Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2013) — dois dias úteis e um fim de semana.

Salienta-se os seguintes aspetos na execução do orçamento de 2013:

Uma taxa de execução de 60% da despesa total.

Um crescimento de 6% no total das despesas correntes.

Uma diminuição de 41% no total das despesas de capital.

Uma taxa de execução de 65% da receita total, com 93% de execução das receitas correntes e de 26% das receitas de capital.

As receitas correntes cresceram 10% em relação a 2012, com destaque para o crescimento dos impostos diretos que cresceram 6,3% em relação a 2012, e nestes, tem maior peso o crescimento do IMI que foi de cerca de 10%.

As receitas de capital diminuíram 58% em relação a 2012.

A síntese apresentada, evidencia uma realidade preocupante, que não proporciona condições de atratividade para que o concelho seja competitivo e liderante, o que não acontece, como o demonstram as recentes estatísticas publicadas, encontrando-se pior classificado do que Concelhos vizinhos.

Pelo exposto a vereadora eleita pelo PSD vota contra a presente deliberação."



Nº 26 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 25 de março de 2014, acerca do pedido da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, a solicitar a cedência de mobiliário usado para mobiliar o Gabinete de Apoio Social da referida freguesia, nomeadamente, 2 secretárias, duas cadeiras, dois armários/estantes. - 159202

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência do referido mobiliário e propor à Assembleia Municipal a concessão do apoio solicitado pela Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, por competir a este órgão deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, nos termos da alínea j) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Nº 27 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 25 de março de 2014, acerca da assunção de compromisso plurianual relativo procedimento pré-contratual para aquisição de serviços de telecomunicações móveis, para os próximos 2 anos, em fase de elaboração, sendo a despesa inerente ao contrato a celebrar prevista de 20.200,00 €/ano, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - 164572

Ata da reunião de 08 de abril de 2014

Q1
C

Deliberação: Por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal para autorização da assunção de compromisso com vista à abertura de procedimento concursal para aquisição de serviços de telecomunicações móveis, nos termos da alínea c) do nº 1 do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.



Nº 28 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 1 de abril de 2014, relativa ao procedimento pré-contratual para aquisição de serviços de segurança e vigilância, para os próximos 2 anos, que se encontra em fase de preparação, referindo a necessidade de assunção de compromisso plurianual, sendo despesa inerente ao contrato a celebrar prevista em 135.000,00€/ano, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - 165659

Deliberação: Por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal para autorização da assunção de compromisso com vista à abertura de procedimento concursal para aquisição de serviços de segurança e vigilância, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, conjugado com a alínea f) do n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei 278/2009 de 2 de outubro, e da alínea c) do nº 1 do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.



Nº 29 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 1 de abril de 2014, relativa ao procedimento pré-contratual para aquisição de serviços de transportes escolares 2014/2015, que se encontra em fase de preparação, referindo a necessidade de assunção de compromisso plurianual, sendo despesa inerente ao contrato a celebrar prevista de 220.000€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - 165466

Deliberação: Por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal para autorização da assunção de compromisso com vista à abertura de procedimento concursal para aquisição de serviços de transportes escolares 2014/2015, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, conjugado com a alínea f) do n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei 278/2009 de 2 de outubro, e da alínea c) do nº 1 do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.



Nº 30 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 25 de março de 2014, que remete para aprovação, minuta de contrato interadministrativo para "Requalificação do Edifício Polivalente em Rossio ao Sul do Tejo", no edifício contíguo ao Centro de Acolhimento do Tejo, a celebrar entre o Município de Abrantes e a União de Freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, no

Ata da reunião de 08 de abril de 2014

01
UK

montante máximo de 47.555,00€ (quarenta e sete mil quinhentos e cinquenta e cinco euros), valor este que corresponde à comparticipação municipal, no âmbito de candidatura ao PRODER. - 164776

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a minuta de contrato interadministrativo para "Requalificação do Edifício Polivalente em Rossio ao Sul do Tejo", no edifício contíguo ao Centro de Acolhimento do Tejo, a celebrar entre o Município de Abrantes e a União de Freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo.

Remeter à Assembleia Municipal para autorização da delegação de competências, nos termos da alínea k) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com a citada informação da Divisão Financeira.

Para cumprimento das disposições previstas na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, e do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, na eventualidade da despesa se repartir por mais de um ano económico, submeter também à autorização da Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual, em simultâneo com a autorização de celebração do presente contrato.



Nº 31 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 1 de abril de 2014, que remete para aprovação, minuta de contrato interadministrativo para "Intervenção na Praia Fluvial de Aldeia do Mato", a celebrar entre o Município de Abrantes e a União de Freguesias de Aldeia do Mato e Souto, no montante máximo de 39.327,38€ (trinta e nove mil trezentos e vinte e sete euros e trinta e oito centavos), valor este que corresponde à comparticipação municipal, no âmbito de candidatura ao PRODER. - 165470

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a minuta de contrato interadministrativo para "Intervenção na Praia Fluvial de Aldeia do Mato", a celebrar entre o Município de Abrantes e a União de Freguesias de Aldeia do Mato e Souto.

Remeter à Assembleia Municipal para autorização da delegação de competências, nos termos da alínea k) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com a citada informação da Divisão Financeira.

Para cumprimento das disposições previstas na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, e do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, na eventualidade da despesa se repartir por mais de um ano económico, submeter também à autorização da Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual, em simultâneo com a autorização de celebração do presente contrato.

CL
OK

Nº 32 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 25 de março de 2014, que remete para aprovação, minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Abrantes e a União de Freguesias de São Facundo e Vale das Mós, com vista à requalificação das Piscinas de Vale das Mós, no montante de 6.120,00€ (seis mil cento e vinte euros). - 165650

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Abrantes e a União de Freguesias de São Facundo e Vale das Mós.

Propor à Assembleia Municipal a aprovação da referida minuta de protocolo, por competir a este órgão deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, nos termos da alínea j) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Para cumprimento das disposições previstas na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, e do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, na eventualidade da despesa se repartir por mais de um ano económico, submeter também à autorização da Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual, em simultâneo com a autorização de celebração do presente contrato.



Nº 33 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 29 de março de 2014, que remete para aprovação, a atribuição de um subsídio ao Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, no valor de 2.664,00€ (dois mil seiscentos e sessenta e quatro euros), no âmbito do fornecimento de refeições aos jovens participantes na atividade "Páscoa em Movimento – Férias Jovens 2017", a levar a efeito de 7 a 11 e de 14 a 17 de abril de 2014. - 165008

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio ao Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, no valor de 2.664,00€ (dois mil seiscentos e sessenta e quatro euros), para fazer face à despesa com o fornecimento de refeições aos jovens participantes na atividade "Páscoa em Movimento – Férias Jovens 2014", nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



Nº 34 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Abrantes e a Associação EnvolveBrilho, com vista à realização do X Encontro Municipal de Associações de Juventude, no dia 03 de maio de 2014, no valor de 2.000,00€ (dois mil euros). - 164439

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Pl
C

Nº 35 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Abrantes e a Associação de Atletismo de Santarém, com vista à realização dos seguintes eventos:

- a) Atleta Completo Regional, nos dias 03 e 04 de maio de 2014;
- b) Campeonato Regional de Juvenis, nos dias 07 e 08 de junho de 2014;
- c) Meeting de Abrantes, no dia 10 de junho de 2014;
- d) Campeonato Nacional de Juvenis, nos dias 28 e 29 de junho de 2014;
- e) Campeonato Regional de Iniciados, nos dias 05 e 06 de julho de 2014.

Mais informa que a despesa ascende a 4.000,00€, a pagar em 2 tranches, uma de 2.500,00€ e outra de 1.500,00€ nos termos da Cláusula 4ª do referido protocolo. - 164442

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

□□

Nº 36 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, nos termos da alínea e) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de fixação do montante de 40,00€, para inscrição dos participantes no Workshop, que terá lugar na Galeria Municipal, no âmbito da exposição "Cerâmica Contemporânea de António Vasconcelos Lapa". - 163516

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a fixação do montante de 40,00€, para inscrição dos participantes no Workshop, que terá lugar na Galeria Municipal, no âmbito da exposição "Cerâmica Contemporânea de António Vasconcelos Lapa".

□□□

Divisão de Recursos Humanos

Nº 37 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 27 de março de 2014 que, na sequência do processo de negociação para assinatura do ACEEP, aprovou a subscrição do Acordo Coletivo de Trabalho também com o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais, sem a introdução das cláusulas referentes aos bombeiros, ou seja, com todas as cláusulas negociadas com o SINTAP e com o STE. - 165038

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.

Pl
C

Divisão de Desporto e Juventude

Nº 38 - Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, na sequência de uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, acerca do pedido da ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil, a solicitar autorização para a utilização gratuita da pista de atletismo de Abrantes, com vista à prestação de provas físicas anuais, pelos elementos da Força Especial de Bombeiros e das Equipas de Intervenção Permanentes, no dia 29 de abril de 2014, entre as 09H00 e as 13H00. - 163735

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência da pista de atletismo de Abrantes, mediante a dispensa total do pagamento da respetiva taxa de utilização, no valor de 34,40€ (trinta e quatro euros e quarenta cêntimos), ressaltando a importância do pedido, assim como o reconhecimento da centralidade de Abrantes e o reforço continuado da parceria institucional.



Nº 39 - Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, referente a um pedido da Federação de Triatlo de Portugal, a solicitar autorização para que o atleta de Alto Rendimento, Rafael Barata Domingos, residente no concelho de Abrantes, possa utilizar durante o ano, duas vezes por mês, o Complexo Municipal de Piscinas de Abrantes (piscina coberta), mediante a isenção do pagamento das respetivas taxas, com vista à sua preparação para os Campeonatos da Europa e do Mundo de 2014. - 165314

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a pretensão, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 59,84 € (cinquenta e nove euros e oitenta e quatro cêntimos), face à relevância da utilização das piscinas cobertas por parte de um reconhecido atleta, residente no concelho de Abrantes, ao abrigo da legislação em vigor (artigo nº 31 do Decreto de Lei nº 272/2009), no que à utilização prioritária concerne.



Nº 40 - Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, referente a um pedido do Clube Orientação e Aventura, a solicitar o licenciamento da atividade ABT Night Runners a levar a efeito todas as quintas-feiras, das 21 às 23 horas, até ao final do ano de 2014, mediante a isenção do pagamento das respetivas taxas. - 165750

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a pretensão, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 820,80€ (oitocentos e vinte euros e oitenta cêntimos), face à importância crescente da iniciativa junto da comunidade e à participação continuada, espontânea e desinteressada de centenas de participantes, independentemente do género e da idade.

CL
G

Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo

Nº 41 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da vereadora Celeste Simão, sugerindo o Técnico Superior, Jorge Claro, como representante do Município de Abrantes na Rede Social, por forma a dar continuidade ao trabalho já desenvolvido. - 71941

Deliberação: Por unanimidade, nomear o Técnico Superior, Jorge Claro, como representante do Município de Abrantes na Rede Social, de acordo com a referida informação da vereadora Celeste Simão.



Nº 42 - Para conhecimento, a vereadora Celeste Simão, apresentou uma informação datada de 31 de março de 2014, sobre a primeira reunião do Conselho Municipal de Educação para o quadriénio 2013-2017. - 165468

Tomado conhecimento.



Nº 43 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, que remete para aprovação, o Plano de Transportes Escolares para 2014/2015, já aprovado, por unanimidade, pelo Conselho Municipal de Educação, no passado dia 26 de março de 2014. - 165472

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o Plano de Transportes Escolares para 2014/2015.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Unidade Orgânica de 3º grau de Projetos e Empreitadas

Nº 44 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 55 da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 18 de março de 2014, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Requalificação da E.N. 358 (Km 23,55 - Largo de S. João) e (Km 24,00 - Rossio de Martinchel) Martinchel", para efeitos de receção provisória.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção provisória, devendo proceder-se à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de janeiro.

Cl
GK

Nº 45 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 28 de março de 2014, dando conta de um e-mail da sociedade Rui Prata Ribeiro, Lda., entidade fiscalizadora da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes", referindo que a CIP – Construção, S.A., adjudicatária da referida empreitada, remeteu cópia do contrato de subempreitada em obra celebrado com Manuel Inácio – Construtora, Lda., possuidora do Alvará de Construção nº 56500, válido até 31 de maio de 2015.

Nos termos do artigo 383.º do (CCP) é possível a existência de contratos desta natureza, até ao limite de 75% do valor da obra adjudicada, no caso em apreço não poderão ultrapassar o montante de 527.701,82€, tendo em consideração que esta foi adjudicada por 703.602,42 €.

O adjudicatário, para o efeito, anexa a cópia do contrato de subempreitada, no montante total de 7.459,96 €, representando 1,06 % do valor da adjudicação da empreitada, estando atualmente subempreitados trabalhos no valor de 7.459,96 €, representando 1,06 %, valor este inferior à percentagem legalmente definida, pelo que estão reunidas as condições para a entrada do subempreiteiro referenciado em obra. - 163771

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro referenciado em obra, de acordo com a referida informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 28 de março de 2014.

Dar conhecimento ao Coordenador de Segurança em Obra, para cumprimento do disposto no nº 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



Nº 46 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 28 de março de 2014, dando conta de um e-mail da sociedade Rui Prata Ribeiro, Lda., entidade fiscalizadora da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes", referindo que a CIP – Construção, S.A., adjudicatária da referida empreitada, remeteu cópia do contrato de subempreitada em obra celebrado com Rui Manuel Cotrim – Armação de Ferro, Lda., possuidora do Alvará de Construção nº 68946, válido até 31 de maio de 2015.

Nos termos do artigo 383.º do (CCP) é possível a existência de contratos desta natureza, até ao limite de 75% do valor da obra adjudicada, no caso em apreço não poderão ultrapassar o montante de 527.701,82€, tendo em consideração que esta foi adjudicada por 703.602,42 €.

O adjudicatário, para o efeito, anexa a cópia do contrato de subempreitada, no montante total de 5.000,00 €, representando 0,71 % do valor da adjudicação da empreitada, estando atualmente subempreitados trabalhos no valor de 12.459,96 €, representando 1,77 %, valor

Ata da reunião de 08 de abril de 2014

Pl
C

este inferior à percentagem legalmente definida, pelo que estão reunidas as condições para a entrada do subempreiteiro referenciado em obra. - 163798

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro referenciado em obra, de acordo com a referida informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 28 de março de 2014.

Dar conhecimento ao Coordenador de Segurança em Obra, para cumprimento do disposto no nº 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



Nº 47 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 61 da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 27 de março de 2014, dando conta que a sociedade comercial VEDAP – Espaços Verdes, Silvicultura e Vedações, S.A., adjudicatária da empreitada de “Rotas e Percursos Ribeirinhos do Tejo –Estação de Canoagem de Alvega”, remeteu cópia do contrato de subempreitada celebrado com a sociedade comercial, Inoxourém, Luís Alexandre Pereira Bernardo, possuidora do Título de Registo nº 87211, válido até 31 de maio de 2015. - 164024

Nos termos do artigo 383. do (CCP) é possível a existência de contratos desta natureza, até ao limite de 75% do valor da obra adjudicada, no caso em apreço não poderão ultrapassar o montante de 194.114,83 €, tendo em consideração que esta foi adjudicada por 258.819,77€.

O adjudicatário, para o efeito, anexa a cópia do contrato de subempreitada, no montante de 29.500,00 €, representando 11,40% do valor da adjudicação da empreitada, estando atualmente subempreitados trabalhos no valor de 29.500,00 €, representando 11,40% do valor da adjudicação da empreitada, valor este inferior à percentagem legalmente definida, pelo que estão reunidas as condições para a entrada do subempreiteiro referenciado em obra. - 164024

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro referenciado em obra, de acordo com a referida informação nº 61 da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 27 de março de 2014.

Dar conhecimento ao Coordenador de Segurança em Obra, para cumprimento do disposto no nº 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



Nº 48 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 28 de março de 2014, que remete para aprovação, o plano de

Ata da reunião de 08 de abril de 2014

Pl
CE

trabalhos ajustado, bem como o respetivo plano de pagamentos da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes", enviado pela sociedade Rui Prata Ribeiro, Lda., na qualidade de entidade fiscalizadora da referida empreitada. - 163893

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o plano de trabalhos ajustado bem como, o respetivo plano de pagamentos, da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes", nos termos da referida informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



Nº 49 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 28 de março de 2014, referindo que terminou o período de audiência prévia, relativamente à intenção de indeferimento da liberação da caução da empreitada de "CIIDE – Centro de Inovação Incubação e Desenvolvimento, sem que tenha sido apresentada qualquer reclamação. Sugere que se torne definitiva a deliberação tomada na reunião realizada em 28 de janeiro de 2014. - 148547

Deliberação: Por unanimidade, tornar definitiva a deliberação tomada na reunião de 28 de janeiro de 2014, relativamente à intenção de indeferimento da liberação da caução solicitada, tendo em consideração o disposto no nº5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto e as anomalias constantes do Auto de Vistoria de 10 de janeiro de 2014.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



Nº 50 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 28 de março de 2014, referindo que terminou o período de audiência prévia, relativamente à intenção de indeferimento da liberação da caução da empreitada de "Requalificação e Ampliação da Escola E.B. 1 Nº 1 de Tramagal para Centro Escolar", sem que tenha sido apresentada qualquer reclamação. Sugere que se torne definitiva a deliberação tomada na reunião realizada em 28 de janeiro de 2014. - 148553

Deliberação: Por unanimidade, tornar definitiva a deliberação tomada na reunião de 28 de janeiro de 2014, relativamente à intenção de indeferimento da liberação da caução solicitada, tendo em consideração o disposto no nº5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto e as anomalias constantes do Auto de Vistoria de 10 de janeiro de 2014.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.

21
08

Nº 51 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 28 de março de 2014, referindo que terminou o período de audiência prévia, relativamente à intenção de indeferimento da liberação da caução da empreitada de "Aquapolis – Margem Sul – 2ª Fase – Parque Ribeirinho de Abrantes", sem que tenha sido apresentada qualquer reclamação. Sugere que se torne definitiva a deliberação tomada na reunião realizada em 28 de janeiro de 2014. – 148550

Deliberação: Por unanimidade, tornar definitiva a deliberação tomada na reunião de 28 de janeiro de 2014, relativamente à intenção de indeferimento da liberação da caução solicitada, tendo em consideração o disposto no nº5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto e as anomalias constantes do Auto de Vistoria de 10 de janeiro de 2014.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



Nº 52 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, respeitante à informação nº 49 da UOPE - Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 11 de março de 2014, sugere a nomeação para Diretor de Fiscalização da empreitada de Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes, o Técnico Superior Fernando Rente, sendo substituído nas suas ausências e impedimentos pelo Técnico Superior Francisco Varanda.

Mais informa que, de acordo com o estipulado nº 2 da Cláusula 42ª do Caderno de Encargos o cocontratante deve ser notificado, até à data da consignação da obra, da identidade do diretor de fiscalização que for designado e que nos termos do nº 4 do artigo 344º do CCP, deve dar-se conhecimento ao cocontratante do substituto do Diretor de Fiscalização.

Informa ainda que o diretor de fiscalização, enquanto representante do dono da obra, deve ser designado pela entidade competente para a autorização da despesa – no caso do presente contrato pela Câmara Municipal. - 162448

Deliberação: Por unanimidade, nomear para Diretor de Fiscalização da empreitada de Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes, o Técnico Superior Fernando Rente, sendo substituído nas suas ausências e impedimentos pelo Técnico Superior Francisco Varanda, de acordo com a referida informação nº 49 da UOPE - Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



Nº 53 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica de Projetos, datada de 01 de abril de 2014, referindo que a sociedade Rui Prata Ribeiro, Lda., entidade fiscalizadora da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes", remete

Cl
C

atualização da planta de estaleiro entregue pelo Empreiteiro da obra, devidamente validado pela Coordenação de Segurança em Obra. - 165217

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atualização da planta de estaleiro da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes", nos termos da referida informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica de Projetos, datada de 01 de abril de 2014.



Nº 54 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 65 da UOPE - Unidade Orgânica de Projetos, datada de 01 de abril de 2014, remetendo para aprovação, o Relatório Final e decisão final do procedimento de classificação como Monumento de Interesse Municipal do Edifício da "Assembleia de Abrantes". - 98207

Deliberação: Por unanimidade, classificar o Edifício da "Assembleia de Abrantes" - Prédio urbano com o artigo matricial 259 sito no Largo Avelar Machado, Rua Nossa Senhora da Conceição e Rua do Montepio Abrantino, freguesia de São João, concelho de Abrantes e Prédio urbano com o artigo matricial 484 sito na Rua do Montepio Abrantino, freguesia de São João, concelho de Abrantes, como Monumento de Interesse Municipal (MIM), nos termos das disposições conjugadas da alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 265/2012, de 28 de dezembro, e de acordo com o estabelecido n.º 6 do artigo 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e tendo em conta, os fundamentos e conclusões constantes na Informação n.º 196/UOPE/MAIS RUA, datada de 11 de setembro de 2013 e que se dão por transcritas.

Proceder às notificações e publicações constantes no ponto 4.3 da referida informação nº 65 da UOPE - Unidade Orgânica de Projetos, que igualmente se dão por transcritas.

À Unidade Orgânica de Projetos para proceder em conformidade.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 55 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o regulamento de venda e instalação de lotes/parcelas no Parque Industrial de Abrantes. - 165747

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido regulamento e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Cl
C

Nº 56 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, respeitante à informação nº 25/14 EO da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 13 de março de 2014, acerca do pedido para execução de uma instalação destinada ao armazenamento de GPL, constituída por um reservatório enterrado com capacidade para armazenamento de 1,45m³ – classe B1, destinada a alimentar a Esplanada das Docas, na rotunda do Aquapolis, Barreiras do Tejo, Abrantes, requerido por Catarino & Mateus, Lda. – 160650

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

Informar a requerente que a Câmara Municipal, no âmbito do quadro legal aplicável a instalações deste tipo (Decreto-Lei nº 267/2002, de 30 de novembro, na atual redação) e independentemente da instalação ser classificada como pertencendo à classe B1 e como tal, estar isenta de licenciamento bem como de instrução de processo, tem a intenção de não autorizar a implantação do reservatório no espaço do domínio público municipal, porque tal instalação contrairia o disposto no Artigo 20º e anexo II, título II – “Infraestruturas”, alínea m) do Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, na sua atual redação (Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional) o qual não permite a instalação de reservatórios de GPL em zonas ameaçadas pelas cheias.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.



Nº 57 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, respeitante à informação nº 26/14 EO da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 14 de março de 2014, acerca do pedido de autorização para execução de uma rede de gás ligada a reservatório de GPL, com capacidade para armazenamento de 1,45m³, da classe B1, na rotunda do Aquapolis, Barreiras do Tejo, Abrantes, requerido por Catarino & Mateus, Lda. – 160649

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

Informar a requerente que a Câmara Municipal, no âmbito do quadro legal aplicável a instalações deste tipo (Decreto-Lei nº 267/2002, de 30 de novembro, na atual redação), tem a intenção de não autorizar a implantação da rede de distribuição de GPL, porquanto tal rede, estaria associada a um depósito cuja instalação contrairia o disposto no Artigo 20º e anexo II, título II – “Infraestruturas”, alínea m) do Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, na sua atual redação (Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional) o qual não permite a instalação de reservatórios de GPL em zonas ameaçadas pelas cheias.

Ata da reunião de 08 de abril de 2014

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.



Nº 58 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, respeitante a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 27 de março de 2014, acerca do procedimento de alteração oficiosa do Loteamento Municipal do Parque Industrial de Abrantes. – 165126

Deliberação: Por unanimidade, aprovar provisoriamente a alteração oficiosa do Alvará de Loteamento Municipal da Zona Industrial Norte (e suas peças acessórias), de modo a que a sua natureza regulamentar se conforme com a do Plano de Pormenor cuja revisão lhe veio, posteriormente, a suceder, com vista a dissipar qualquer divergência e conflitualidade entre normas e parâmetros urbanísticos.

Proceder à afixação de edital, pelo período de 10 (dez) dias, que suporte a possibilidade de participação de outros proprietários dos lotes constantes do alvará, de modo a salvaguardar o seu direito de oposição escrita, nos termos do nº 3 do Artigo 27º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação).

Tornar definitiva esta deliberação, caso tal prazo decorra sem oposição escrita por parte da maioria dos proprietários dos lotes constantes do alvará.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 59 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para aprovação, minuta do acordo de revogação de contrato nº 12/2008 a celebrar entre o Município de Abrantes e SVIRU – Serviços de Renovação Urbana, Lda., anteriormente designada de SVI – Serviços Integrados, Lda., referente ao fornecimento dos estudos de revisão do Plano Diretor Municipal de Abrantes, celebrado em 19 de junho de 2008. – 122025

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de acordo de revogação de contrato, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 60 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência de uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 05 de março de 2014, acerca do pedido de pagamento em prestações mensais, do valor de 229,70€ (duzentos e vinte e nove euros e setenta cêntimos), referente à licença do processo de obras 127/09, relativo à construção de um telheiro destinado a arrumos, sito na Rua da Palmeira, Chainça, Abrantes, requerido por Olívia de Jesus Lourenço Esteves da Silva. - 161316

CL
OK

Em anexo a esta informação, encontra-se o parecer do Serviço de Ação Social, sobre a situação económica de carência do agregado familiar.

Deliberação: Por unanimidade, converter oficiosamente o pedido de pagamento em prestações para pedido de dispensa total do pagamento da taxa, e analisar-se o mesmo nos termos da alínea b) do Artigo 10º do mesmo Regulamento e de Taxas e Licenças do Município de Abrantes.

Considerando a situação de desemprego da requerente e do marido, a situação do filho, com idade de 18 anos, como estudante e os valores constantes do relatório efetuado pelo Serviço de Ação Social, dispensar a requerente do pagamento total da taxa, no 229,70€ (duzentos e vinte e nove euros e setenta cêntimos), referente à licença do processo de obras 127/09, relativo à construção de um telheiro destinado a arrumos, sito na Rua da Palmeira, Chainça, Abrantes.



Nº 61 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação da Chefe da Divisão, datada de 04 de abril de 2014, acerca da emissão de parecer prévio não vinculativo previsto no nº 2 do Artigo 7º ("Operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública") ao Projeto de alterações à Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes. Refere essa informação que, na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 28 de janeiro de 2014 relativamente à elaboração de proposta de alteração simplificada à REN do concelho de Abrantes, com o propósito de possibilitar a execução do projeto de modernização da referida escola secundária na sua totalidade, que imediatamente foi enviada à CCDR-LVT, de acordo com o n.º 2 do artigo 16º-A do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 02 de novembro, esta alteração obteve despacho de aprovação do Presidente da CCDR.LVT, em 02.04.2014. Propõe, assim, a emissão de parecer favorável, com base nas informações anteriormente produzidas, considerando igualmente a alteração simplificada da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Abrantes, dando-se conhecimento desse parecer e do seu enquadramento à "Parque Escolar, E.P.E."

Deliberação: Por unanimidade, emitir o parecer prévio não vinculativo previsto no nº 2 do Artigo 7º ("Operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública") ao Projeto de alterações à Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes, sendo esse parecer favorável, com base nas informações internas produzidas, considerando igualmente a alteração simplificada da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Abrantes, dando-se conhecimento desse parecer e do seu enquadramento à "Parque Escolar, E.P.E."



Nº 62 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

Cl
OK

Divisão de Serviços Urbanos

Nº 63 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Valamatos, na sequência de informação da Divisão de Serviços Urbanos, relativa à apresentação das candidaturas para atribuição de parcelas de terreno, infraestruturadas, destinadas a hortas comunitárias, na propriedade municipal denominada por Quinta de Arca d'Água, freguesia de S. Vicente, referindo que:

- Até ao dia 28/03/2014, deram entrada nos serviços do Município, 34 candidaturas.
- As candidaturas submetidas na primeira fase e que se encontram em lista de espera para atribuição na segunda fase são 23.
- Às candidaturas recebidas, foram sendo atribuídos números de ordem de inscrição, sequencialmente, do 84 ao último (118), de modo a possibilitar a atribuição de hortas por ordem das inscrições, conforme estabelece o artigo 5º, n.º 2, do regulamento aplicável, aprovado pelos órgãos municipais competentes.
- O número de parcelas destinadas à segunda fase das hortas comunitárias, delineadas no estudo referente a esta propriedade municipal, é de 52.
- Sugere que os restantes candidatos a quem não sejam desde já atribuídas hortas fiquem a fazer parte de uma lista de espera, para que lhes seja oportunamente atribuída horta, caso ocorram vacaturas ou seja ampliada a infraestrutura, sendo desse facto notificados.
- Após essa diligência, e em data a fixar superiormente, sugere-se que seja marcada assinatura do acordo de utilização, formalizando-se desse modo, a cedência das hortas.

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita dos interessados, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Aprovar a atribuição das parcelas de terreno destinadas a hortas comunitárias, na propriedade municipal denominada por Quinta de Arca d'Água, União das Freguesias de Abrantes (São Vicente, São João) e Alferrarede, nos termos da referida informação da Divisão de Serviços Urbanos.

Podem os interessados pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

À Divisão de Serviços Urbanos para os devidos efeitos.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES

Nº 64 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara remetendo, para aprovação, Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2013, dos Serviços Municipalizados de Abrantes, incluindo Proposta de Aplicação de Resultados e outros documentos exigidos pelo Tribunal de Contas. - 165889

Deliberação: Por unanimidade, aprovar os referidos documentos dos Serviços Municipalizados e submeter os mesmos à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 25º e do nº 2 do artigo 27º do Decreto-Lei 75/2013, de 12 de setembro.



Nº 65 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para aprovação, a 1ª Revisão Orçamental aos documentos previsionais de 2014, dos Serviços Municipalizados de Abrantes. - 165886

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida revisão e submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Nº 66 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para aprovação, a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Abrantes e Águas do Centro, S.A., com vista a fornecer a quantidade de água necessária para o abastecimento aos municípios de Mação e Sardoal, a partir da ETA da Cabeça Gorda (Albufeira de Castelo de Bode). - 166142

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo e submeter a mesma à apreciação da Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos do disposto na alínea n) do nº1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas doze horas.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

[Assinatura]

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

[Assinatura]

Ata da reunião de 08 de abril de 2014

DECLARAÇÃO

Tendo em consideração a declaração da Srª Presidente na reunião de Câmara de 25/3/2014, a propósito das declarações de voto por mim feitas, enquanto Vereadora eleita pelo Partido Social Democrata (PSD), cumpre-me, a este propósito esclarecer o seguinte:

As funções que exerço como Vereadora, são o resultado de uma eleição direta e como tal, estão legitimadas pela confiança que os eleitores em mim depositaram. Nos termos do art.º 4.º da Lei 52-A/2005, de 10 de outubro, são vários os princípios que vinculam o exercício dessas funções, no sentido de salvaguardar a legalidade e os direitos dos cidadãos, bem como a prossecução do interesse público.

A salvaguarda da legalidade e do interesse público implicam que todas as questões sejam analisadas e tratadas com rigor e transparência, pois só assim estão reunidas as condições para uma tomada de posição responsável. É esse o meu compromisso para com os eleitores de Abrantes e tem sido essa a minha postura enquanto profissional com funções dirigentes na Administração Pública.

Não é possível tomar decisões adequadas sem estar na posse de toda a informação em que as mesmas devem assentar. Nesse sentido, todas as questões que tenho levantado, ao contrário de indiciarem "má fé", como foi sugerido, refletem sentido de responsabilidade no cumprimento dos deveres que decorrem da Lei, relativamente ao exercício de funções públicas.

Por tudo isto não posso deixar de expressar a minha surpresa pela reação desencadeada pelas questões que, de forma legítima e justificada têm sido apresentadas, sempre que considero que a informação disponibilizada não é suficiente nem adequada ao esclarecimento das dúvidas suscitadas para uma apreciação rigorosa das questões em análise.

Na verdade, e ao contrário do que a Sra. Presidente afirma na sua supra citada declaração, os esclarecimentos prestados em contexto de reunião de Câmara, nem sempre se têm revelado suficientes e adequados. Cite-se, a título de exemplo, a questão da revisão do PDM, que foi objeto do ponto 28 da Ordem de trabalhos da reunião de 11/3/2014 e do ponto 29 da Ordem de trabalhos da reunião de 25/3/2014 a propósito da qual, efetivamente, formulei as 16 questões referidas na declaração da Sra. Presidente.

A relevância da questão em análise e a escassez de informação sobre a mesma, levaram-me a propor a retirada do ponto 28 da Ordem de trabalhos daquele dia, para que se deliberasse sobre o mesmo em reunião posterior, na posse de toda a informação considerada essencial.

Não é esta proposta consonante com as exigências do rigor decorrentes do exercício de funções públicas?

Não é esta proposta reveladora de sentido de responsabilidade? Onde se pode aqui ler ato de má fé?

Na declaração da Sra. Presidente, incluída na ata da reunião de 25/3/2014, podemos ler que *"...Veja-se, por exemplo, o conjunto de 16 questões colocadas pela Sra. Vereadora Elza Vitório,*

el
et

1/3
Σ

relativamente ao ponto 28 da ordem de trabalhos da reunião de Câmara de 11 de março, assunto relativamente ao qual o Sr. Vereador João Gomes prestou na altura os devidos esclarecimentos. Não está aqui em causa, obviamente, a prestação das informações solicitadas como resulta aliás do facto de após a referida reunião ter sido solicitado aos Serviços que preparassem informação detalhada sobre as questões apresentadas, de modo a que não subsistissem dúvidas sobre as mesmas, informação essa que se encontra incluída na ordem de trabalhos da presente reunião de câmara."

el
Ct

Ora, atentemos agora na ata da reunião de Câmara de 11/3/2014, onde as referidas 16 questões foram colocadas. Passo a citar:

"...A vereadora eleita pelo PSD, Elza Vitório, disse ter dúvidas relativamente a este assunto, pelo que sugeriu que o mesmo fosse retirado da ordem de trabalhos e agendado para outra reunião, para possibilitar análise do processo. A não ser assim, votaria contra, por não ter informação suficiente.

O vereador João Gomes deu conhecimento dos antecedentes do processo e explicou os procedimentos que estão aqui em causa.

A Presidente da Câmara disse que assunto se deve manter na ordem de trabalhos, por forma a não condicionar o andamento do processo de revisão e também a libertação da garantia bancária.

Disponibilizou-se a prestar os esclarecimentos a todos os pontos referidos, em complemento ao que foi referido pelo vereador João Gomes."

Como é evidente, o facto da Sra. Presidente se mostrar disponível para esclarecimentos complementares e dizer que foram prestados todos os esclarecimentos, e de isso constar da ata, não é prova de que, efetivamente, tal tenha acontecido. É absolutamente legítimo considerar que as informações prestadas não são suficientes para o esclarecimento das dúvidas, se, na verdade o não são.

E diga-se, aliás, que se os esclarecimentos prestados em contexto da reunião não foram suficientes, as respostas dadas, a título da informação interna emitida pelo Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, não só pouco adiantam em matéria de esclarecimento de dúvidas, como ainda suscitam outras questões.

Admitindo que tinha sido a Sra. Presidente a formular as 16 questões em causa, pergunto-lhe se, na qualidade de dirigente da Administração Pública e enquanto responsável pela gestão de dinheiros públicos, poderia tomar uma decisão rigorosa e responsável a partir das respostas dadas a essas mesmas perguntas.

Eu, enquanto dirigente com responsabilidades públicas e perante os esclarecimentos prestados por escrito, continuo a não ter condições para tomar uma posição rigorosa sobre a questão. Neste momento muitas outras questões poderiam ser acrescentadas à lista das 16.

E muitas dessas questões decorrem das várias imprecisões jurídicas que, ao contrário do que se quer fazer crer, não são meras palavras nem dependem da vontade ou não de querer

213

compreender, como se refere na resposta do Sr. Chefe da DOGU, onde se lê que, "...não obstante tal imprecisão será facilmente compreendido..."

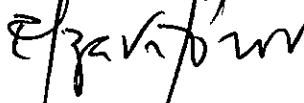
Tudo o que é dito nesta informação interna, procurando justificar um erro grave, revela alguma irresponsabilidade e ligeireza em matérias que exigem rigor e exatidão, pois os conceitos jurídicos, tal como os conceitos em outras áreas, têm significados próprios e específicos, aos quais correspondem consequências e implicações igualmente específicas.

Muitas são as contradições e as imprecisões presentes nos vários documentos, que, como é óbvio, ao contrário de esclarecerem, ainda geram mais questões. Mas este não é obviamente, o lugar para discutir estas questões.

Tendo em vista o desenvolvimento do nosso Concelho e o bem estar dos nossos Municípes, eu enquanto Vereadora, e o PSD, partido pelo qual fui eleita, levaremos a cabo uma oposição construtiva, e nesse sentido, mantereí a minha postura de exigência e rigor e o meu compromisso com os eleitores, norteadá pela defesa do interesse público, ainda que tal seja entendido, por alguns, como atos de má fé.

Abrantes, 8 de abril de 2014

A Vereadora eleita pelo PSD



(Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório)

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 08.04.2014

Processo		Requerente, Residência			Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada	Tipo		Data	Teor	
PG14335/2013:139327	27-09-2013	171563735	Helena Filipa Coelho Chambel / Rua dos Operários Agrícolas n.º 49 - Samora Correia	Alteração ao uso para actividade apoio social / Rua 1.ª de Maio - Vale de Zebrinho - União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós	Despacho	23-03-2014	Rejeitado liminarmente; promova-se audiência prévia.	
PG827/2014:154244	16-01-2014	113059736	Maria Anunciação Loureiro Mateus Grosso / Avenida Marquês de Pombal, lote 22 - Leiria	Ampliação de habitação / Lameira - Barrada - União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós	Despacho	26-03-2014	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos e com os condicionamentos propostos, nomeadamente os elementos a entregar.	
PG3883/2014:162994	14-03-2014	145664210	José Miguel Mendes / Rua Principal - Madalena - Tomar	Alteração ao uso para comércio e serviços / Rua José Simão, 119- B - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	28-03-2014	Deferido pedido de (alteração da) autorização de utilização, nos termos propostos.	
PG11025/2013:130447	15-07-2013	509676928	Caracolito - Produção e Comercialização de Caracóis, Unipessoal, Lda / Estrada do Gato - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Ampliação de edifício - Estrada do Gato, Lote 8 e 9 - Alferrarede - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	31-03-2014	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos.	
PG24291/2011:53641	12-12-2011	500868441	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira / Rua Nossa Senhora da Oliveira- Tramagal	Construção de Lar de Idosos / Rua Nossa Senhora da Oliveira- Tramagal	Despacho	28-03-2014	Suspensa a análise do presente processo até entrada em vigor (da revisão) do PUT	

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 08.04.2014

Processo	Data	Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
		NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG17480/2013:147740	27-11-2013	126729565	José Maria Relçadas Pereira / Travessa de S. Clemente nº 6 - Amadora	Alteração/legalização de anexos - Rua das Flores - Carvalhal	Despacho	26-03-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos, consubstanciando esse deferimento a aprovação do projeto.
PG5873/2012:68139	28-03-2012	103944869	Vitor Manuel Lopes Peres / Estrada Nacional 118 nº 681 - Coalhos - Pego	Construção de Moradia unifamiliar / Rua do Serrado - Pego	Despacho	30-03-2014	Deferido o pedido de autorização de utilização, nos termos propostos
PG2732/2013:108599	14-02-2013	504200585	Abricantes - Comércio Bricolage, Lda - Rua das Escolas - Quinta de São José - Alferrarede - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alteração de edifício destinado a comércio / Rua das Escolas - Quinta de São José - Alferrarede - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	01-04-2014	Aprovado projeto de alterações, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica.